

POVOS INDÍGENAS E A UNIVERSIDADE: REVISÃO INTEGRATIVA

Letícia Cunha Franco¹, Matheus Henrique Rodrigues da Silva²,
Thais Dias Venâncio Ferreira³

Resumo: Objetivo: Evidenciar a produção de conhecimento acerca de povos indígenas e a universidade. Método: revisão integrativa da literatura nacional em quatro bases de dados, com os descritores universidade, indígenas e ações afirmativas. Resultados: foram identificados 544 estudos e selecionados 11. O maior número de publicações ocorreu no ano 2017 (36,3%), e por revistas na temática de psicologia e educação (90,9%), e todos os estudos com abordagem qualitativa. As categorias temáticas de destaque foram: *interculturalidade e formação acadêmica*, e *Ações afirmativas*, em ambas, 5 (cinco) (45,4%) estudos. Conclusão: A produção de conhecimento quanto a vivência universitária dos povos indígenas ainda é incipiente, diante da repercussão das políticas afirmativas nas transformações educacionais, socioeconômicas, e biopsicossociais para o indivíduo, família e/ou comunidades. Doravante, espera-se que esta revisão sensibilize e mobilize, para o aumento das discussões e ações, no âmbito da qualidade da permanência do estudante indígena na universidade.

Palavras-chave: Universidade. Indígenas. Ações Afirmativas.

INTRODUÇÃO

A população indígena brasileira é composta por 230 diferentes povos e 817.963 pessoas, das quais 502.783 vivem na zona rural e 315.180 nas zonas urbanas, mas com distribuição em todo o país. Considerando, ainda, que há 74 línguas faladas e 17,5% da população indígena não fala a língua portuguesa (IBGE, 2010).

Fatores como a migração e transculturalidade, repercutiram nos hábitos e estilo de vida, potencializando complexa transformação social e, determinando

1 Professora Doutora em Enfermagem atuante no Departamento do curso de Medicina da Universidade Federal de Catalão, Catalão-GO.

2 Discente do curso de enfermagem da Universidade Federal de Catalão, Catalão-GO.

3 Licenciada em Letra pela Universidade Federal de Catalão, Catalão-GO.

novos caminhos para sobrevivência, qualidade de vida e de perpetuação das etnias, visto que, a urbanização e/ou aculturação também é acompanhada de problemas, como: conflitos por território e ambiente; exploração sexual e por subempregos; uso e abuso de drogas lícitas e ilícitas; mendicância; e alta migração.

A migração por melhor qualidade de vida, refletiu no interesse pelo ingresso na Educação Superior, que foi melhor oportunizado a partir da *Lei de Cotas para o ensino público federal de nível médio-técnico e superior* (BRASIL, 2012), uma política pública de Ação Afirmativa. Essa medida legal e obrigatória, determina que as Universidades, Institutos e Centros Federais, reservem 50% das suas vagas para estudantes oriundos de escola pública. Dentre elas, um percentual destinado a estudantes negros e indígenas.

No Brasil, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro foi a precursora nesse processo, implementando em 2003 o primeiro Programa de Cotas brasileiro. Por conseguinte, inaugura-se no país um período de grandes especulações acerca das consequências desses programas, ao

mesmo tempo em que também outras universidades, foram incorporando o sistema de cotas ao processo seletivo. Atualmente, 48 universidades adotam a *Lei de Cotas* e em menos de sete anos, a quantidade de pessoas indígenas matriculadas nas universidades cresceu mais de cinco vezes. O aumento na procura por formação acadêmica entre os povos indígenas, deve-se a necessidade de formar profissionais qualificados e inseridos em contextos políticos e socioculturais, e que ainda colaborem com a luta pela conquista da autonomia e da sustentabilidade de seu povo (BRASIL, 2018). O Censo da Educação Superior (BRASIL, 2017) mostra que o número de pessoas indígenas matriculadas em instituições públicas e privadas cresceu 52,5% de 2015 para 2016, passando de 32.147 para 49.026.

A maior oportunização de ingresso da pessoa indígena à Universidade e por meio de Ações Afirmativas, remete à reflexões acerca do processo de adaptação e permanência no cenário universitário. Por isso, nos instiga desvelar a produção de saberes quanto à Educação Superior, as Ações Afirmativas e os povos indígenas, mediante a pergunta de pesquisa: *“Qual o perfil da produção científica acerca de povos indígenas e a universidade?”*

Deste modo, o presente estudo buscou evidenciar o perfil da produção de conhecimento no país acerca de povos indígenas e a universidade.

MÉTODO

Trata-se revisão integrativa da literatura, o que possibilita analisar a produção científica existente, fornecendo ampla compreensão de determinado objeto de estudo. A abrangência à diversos temas e/ou desenhos de estudo contribui para a prática baseada em evidência científica (WHITTEMORE; KNAFL, 2005).

Para a elaboração deste estudo foram seguidas as etapas (WHITTEMORE; KNAFL, 2005): formulação do problema e pergunta de pesquisa, em conjunto com a elaboração e aprovação do protocolo de revisão; coleta, análise, interpretação, e organização dos dados em categorias; e apresentação dos resultados e conclusões. Considerando, ainda, os critérios de elegibilidade (*texto completo; idioma (português); ano de publicação (até 10 anos); tipo de estudo (artigo); responder ao tema de pesquisa e/ou ter pertinência com o objetivo do estudo; e de inelegibilidade (duplicidade)*).

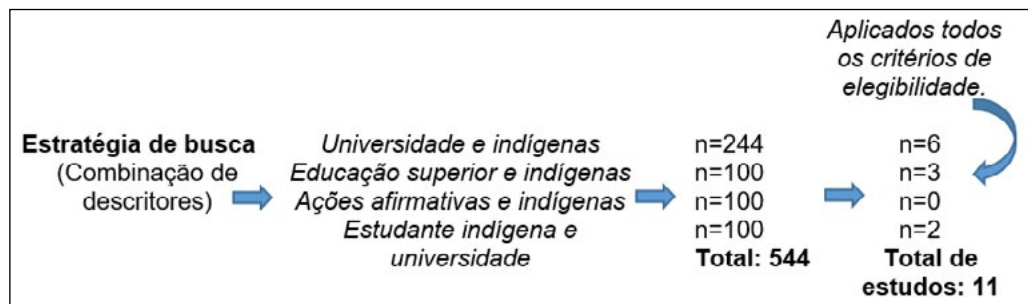
E por meio da elaboração de protocolo de busca (WHITTEMORE; KNAFL, 2005), foi estabelecida a estratégia de coleta dados e de análise dos resultados encontrados. O que permitiu o desenvolvido do estudo de revisão integrativa de literatura, para busca de informações de forma sistematizada e posterior análise dos contextos/resultados/reflexões acerca da temática.

A coleta de dados foi realizada em outubro de 2020 nas bases de dados: Literatura Latino-Americano e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Bases de Dados de Enfermagem (BDENF), utilizando-se os descritores e/ou palavras-chave: Universidade, Indígenas e Ações Afirmativas. E por meio da combinação dos descritores foi realizada a sistematização da busca (Fluxograma 1):

1ª etapa: Pesquisa por Título, Resumo e Assunto, com aplicação dos critérios de elegibilidade.

2ª etapa: Leitura e análise dos artigos selecionados para ratificação ou exclusão.

Fluxograma 1 - Artigos incluídos no estudo. Catalão/GO, Brasil, 2020.



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

A análise e interpretação dos dados foram realizadas por meio de visualização em uma tabela no *Microsoft Office Word*, que foi organizada em linhas e colunas, com síntese dos estudos: título; ano de publicação; periódico; base de dados; tipo de estudo; reflexões/conclusões dos autores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da coleta de dados localizaram-se 544 estudos, que foram submetidos à primeira etapa de avaliação por meio da aplicação dos critérios de elegibilidade e inelegibilidade previamente definidos. E posteriormente, realizada a leitura e análise dos artigos selecionados para identificar aqueles que respondiam à questão de pesquisa e/ou tinham pertinência com o objetivo do estudo, totalizando no final da segunda etapa 11 estudos, todos encontrados na base de dados LILACS (Quadro 1).

Quadro 1. Caracterização dos estudos selecionados. Catalão/GO, Brasil, 2020.

	Título	Ano/ Periódico/ Base de dados	Tipo de Estudo	Reflexões/conclusões
DESCRITOR: UNIVERSIDADE E INDÍGENAS				
1.	<i>Colonialidade, invisibilização e potencialidades: Experiências de indígenas no ensino superior</i>	2019/ Psicologia Política/ LILACS	Qualitativo/ Relato de experiência	Interculturalidade e formação acadêmica Problematização das experiências de indígenas No contexto universitário, tomando a noção de colonialidade como articuladora da análise.
2.	<i>Estudantes de Odontologia cotistas e o instrumental odontológico</i>	2019/ABENO/ LILACS	Qualitativo/ Relato de experiência	Ações afirmativas A aquisição do instrumental exigido no curso de Odontologia, representa grande dificuldade para a permanência da maioria dos estudantes indígenas.
3.	<i>Temporalidade e Corpo numa Proposta de Formação do Psicólogo para o Trabalho com Povos Indígenas</i>	2019/Psicol. ciênc.prof./ LILACS	Qualitativo/ Relato de experiência	Interculturalidade e formação acadêmica Processo de formação de psicólogos para o diálogo com diversas culturas.
4.	<i>Estudantes indígenas na Universidade: uma sessão de grupo operativo</i>	2018/Vínculo. /LILACS	Qualitativo/ Grupo operativo	Ações afirmativas Identificação dos discursos de alunos indígenas de uma Universidade pública
5.	<i>A construção do projeto de vida e carreira em estudantes indígenas: um estudo exploratório</i>	2017/Psicol. soc./LILACS	Qualitativo/ Análise temática	Interculturalidade e formação acadêmica Projetos de vida e carreira dos estudantes indígenas em uma universidade pública.
6.	<i>Transições e reconfigurações do self de jovens indígenas na experiência universitária</i>	2017/Psicol. esc. educ./ LILACS	Qualitativo/ Estudo de caso	Interculturalidade e formação acadêmica A experiência universitária na reconfiguração do Self, a partir das dimensões analisadas no desenvolvimento psicossocial.
DESCRITOR: EDUCAÇÃO SUPERIOR E INDÍGENAS				
7.	<i>Cotas Universitárias no Brasil: Análise de uma década de produção científica</i>	2017/Psicol. esc. educ./ LILACS	Qualitativo/ "Estado da arte"	Ações afirmativas Sistematização das publicações sobre as Cotas em uma década no Brasil.

	Título	Ano/ Periódico/ Base de dados	Tipo de Estudo	Reflexões/conclusões
8.	<i>A função social do acesso ao ensino superior diante da sub-representatividade dos povos originários: uma análise acerca da política pública de cotas (lei Nº 12.711/2012) e da resistência indígena no Brasil</i>	2016/Barbarói/ LILACS	Qualitativo/ Dedutivo,Histórico documental	Ações afirmativas (Sub)Representatividade dos povos originários e, a função social das vagas no ensino superior.
9.	<i>A experiência do professor orientador de estudante indígena em enfermagem</i>	2011/Acta paul. enferm./ LILACS	Qualitativo/ Relato de experiência	Interculturalidade e docentes A comunicação terapêutica como um instrumento do professor orientador, diante da diversidade cultural, em relação aos saberes do cuidado.
DESCRIPTOR: ESTUDANTE INDÍGENA E UNIVERSIDADE				
10.	<i>Disciplina de Saúde Indígena na UnB: uma conquista do Movimento Estudantil Indígena</i>	2016/Tempus/ LILACS	Qualitativo/ Estudo de caso	Interculturalidade e formação acadêmica Formação acadêmica, por meio do diálogo entre os saberes tradicionais indígenas e, os saberes ocidentais.
11.	<i>Identidades em reinvenção: o fortalecimento coletivo de estudantes indígenas no meio universitário.</i>	2017/Rev. polis psique./ LILACS	Qualitativo/ Análise temática	Ações afirmativas O aumento do número de estudantes indígenas e a reinvenção identitária e fortalecimento de coletivos.

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

A análise dos estudos evidenciou o maior número de publicações no ano de 2017, concentrando 4 (quatro) (36,3%) artigos. Entre os 11 artigos analisados, dez (dez) (90,9%) foram publicados em periódicos diferentes, em maior número por revistas na temática de psicologia e educação. A abordagem qualitativa foi evidenciada em todos os estudos, porém com maior número (4 (quatro) (36,6%)) de relatos de experiência,

O contexto em que os estudos foram construídos foi agrupado em categorias temáticas: *Interculturalidade e formação acadêmica*, 5 (cinco) (45,4%); *Ações afirmativas*, 5 (cinco) (45,4%); e *Interculturalidade e docentes*, apenas 1 (um) (9,0%);

A interculturalidade na educação emerge como uma proposta pedagógica que busca desenvolver relações de cooperação, respeito e aceitação, entre diferentes culturas e sujeitos, visando dessa forma preservar as identidades culturais e com o objetivo de propiciar a troca de experiências, e o enriquecimento mútuo, ratificando que a educação intercultural exige uma revisão crítica dos métodos e conteúdos do aprendizado para que sejam contemplados aspectos da vida multicultural (Vieira, 2001). Enquanto Fleury (2002), ressalta que a perspectiva intercultural implica uma compreensão complexa de educação, que busca para além das estratégias pedagógicas e

mesmo das relações interpessoais imediatas entender e promover lenta e prolongadamente a formação de contextos relacionais e coletivos de elaboração de significados que orientam a vida das pessoas. Outrossim, Geertz (2001) e Barth (2011), defendem a cultura como um sistema simbólico que compõe os processos psíquicos dinamicamente reconstruído nas fronteiras entre os grupos, como mediador central aonde os partícipes compartilham, interpretam e reconfiguram sentidos e significados.

Do ingresso à universidade, os jovens vivenciam tensões impactantes na organização do seu percurso de vida, rupturas afetivas e culturais, como reflexos das relações que estabelecem no contexto universitário, que os levam a construir novas referências identitárias, habilidades e significados, processo caracterizado como transições (ZITTOUN, 2005). As transições inerentes ao cotidiano universitário são despertadas por experiências desafiadoras, prazerosas, mas também estressantes, que levam os estudantes a buscarem e construir diversas estratégias de enfrentamento. Todavia, àqueles jovens em vulnerabilidade biopsicossocial ou com histórico de preconceito étnico-racial, a experiência universitária possibilita a emergência de novos posicionamentos identitários, devido à presença de outros significativos aqui entendidos como recursos simbólicos, que orientam a construção de novos conhecimentos, novas referências espaço-temporais, conflitos e confrontos, descobertas e despertares (RESSURREIÇÃO; SAMPAIO, 2017).

De acordo com Bruner (2001), pela perspectiva sociocultural da educação, o sujeito da aprendizagem é protagonista do seu processo de escolarização ao mesmo tempo em que é constituído pela cultura organizacional onde se insere. Ademais, as experiências educacionais também elaboram a trajetória de vida com importante impacto no desenvolvimento do sujeito. Sendo, que a educação é a busca constante de adequação de uma cultura às necessidades dos sujeitos e ao modo como estes significam os saberes socializados para ajustar-se às necessidades do seu grupo social. Desse modo, observa-se que a universidade promove aquisição e prevalência de elementos culturais, que facilitam as transições no desenvolvimento dos jovens nos processos de aprendizagem. A vivência universitária evidencia as diferenças culturais de cognição, principalmente naqueles jovens submetidos a um histórico de escolaridade menos favorável à apropriação rápida das ferramentas necessárias na educação superior (RESSURREIÇÃO; SAMPAIO, 2017).

E Zittoun (2012), propõe dois modelos para analisar a dinâmica biopsicossocial das transições inerentes à área da educação: um considera as rupturas sentidas como descontinuidades, que levam a transições na aprendizagem nos processos identitários e na construção de significados. O outro, analisa as transições como reconfigurações do prisma semiótico que articula *Self*, outros significativos, o objeto e o sentido do objeto numa situação social específica.

Porém, a vivência de transição de vida e cotidiano frequentemente pode comprometer o processo de ensino e aprendizagem, gerar desestímulo e sofrimento mental, baixa qualidade de vida, e comprometimento da permanência universitária. Considerando a experiência prática e os resultados desta revisão, evidencia-se que apesar dos potentes desafios para a qualificação da educação intercultural, ainda são insipientes as discussões, reflexões e ações, nesta área. Com isso, revelando-se, a maior importância dada ao acesso do que à permanência dos povos indígenas no ensino superior.

A melhor oportunização de acesso, dos povos indígenas à universidade instituída pela Política de Ações Afirmativas (BRASIL, 2012) consistem em Políticas Públicas (e também privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, idade, cultural, religiosa, de origem nacional, pela constituição física e situação socioeconômica. Sendo impostas ou sugeridas pelo Estado, por seus entes vinculados e até mesmo por entidades privadas, elas visam a combater não somente as manifestações flagrantes de discriminação, mas também a discriminação cultural e estrutural, enraizada na sociedade. Sendo de natureza pedagógica e caráter de exemplaridade têm como meta, também, o fortalecimento de transformações culturais e sociais relevantes, motivando os atores sociais à utilidade e a necessidade de observância dos princípios do pluralismo e da diversidade nas mais diversas esferas do convívio humano (GOMES, 2001).

Apesar da Lei Cotas (BRASIL, 2012), contemplar ações afirmativas, no acesso à educação superior, os obstáculos à permanência universitária, ainda, emergem como impactante desafio. Observa-se a incipiência ora ausência de políticas estudantis biopsicossociais e pedagógicas, dentro das universidades, que propõem melhores construções curriculares, e/ou de acesso à redes de cuidados. Na amplitude de prioridades para alcance de metas e objetivos gerenciais e institucionais, não se observa importante foco, na qualidade da permanência dos povos indígenas. A estruturação curricular, o planejamento do processo de ensino e aprendizagem, e o acolhimento discente/docente, ainda repercutem no embate à uma experiência universitária adequada e emocionalmente positiva.

As necessidades do estudantes indígenas vão além do recurso financeiro, oportunizado por meio bolsas de permanência, moradia e alimentação, devem abranger outros fatores fundamentais que contemplem uma política de permanência (DOMENICO, 2018), a sensibilização e participação da comunidade universitária nas políticas de diversidade; o apoio à formação com cursos de leitura, escrita, informática, idiomas e monitorias de cursos específicos, e a valorização das trajetórias e identidades estudantis. Por meio destes, busca-se fortalecer o diálogo com a população excluída do ambiente acadêmico, tentando superar o preconceito e os processos de exclusão (DOMENICO, 2018).

Há necessidade que a experiência/vivência universitária aconteça de forma impactante frente as transições esperadas, todavia, que sejam propulsoras, empoderantes, e culminem na potencialização da melhoria do processo de ensino e aprendizagem e na qualidade de vida dos estudantes.

CONCLUSÃO

A produção de conhecimento quanto a vivência universitária dos povos indígenas ainda é incipiente, diante da repercussão das políticas afirmativas, nas transformações educacionais, socioeconômicas e biopsicossociais para o indivíduo, família e/ou comunidades. Doravante, espera-se que esta revisão sensibilize e mobilize para o aumento das discussões e ações no âmbito da qualidade da permanência do estudante indígena na universidade entre todos os atores participantes desta experiência.

REFERÊNCIAS

ANGELIN, A. P.; ZOLTOWSKI, A. P. C.; TEIXEIRA, M. A. P. A construção do projeto de vida e carreira em estudantes indígenas: um estudo exploratório. *Psicol. soc.*, 29: e161330, 2017.

BARTH, F. (2011). **Os grupos étnicos e suas fronteiras**. Em: P. Poutignat, P; & J, Streiff-Fernart (Orgs.), *Teorias da etnicidade* (2a.ed., pp.185-227). São Paulo: Ed. Unesp.

BECKER, M. A.; NINO, C. G. R.; WEIGEL, V. Pesquisa na área Sateré-Mawé: a descoberta de talentos indígenas. *Psicol. esc. educ*; 13(1): 55-63, 2009.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Estudantes indígenas ganham as universidades**. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/news/estudantes-indigenas-ganham-as-universidades>>. Brasília (DF), 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Censo da educação superior. Notas Estatísticas 2017. Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED). Brasília (DF), 2017. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censo_da_educacao_superior_2017notas_estatisticas2.pdf>

BRASIL. **Lei de Cotas para o ensino público federal, de nível médio-técnico e, superior**. Brasília, (DF), 2012. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2012/lei/112711.htm>.

BRUNER, J. **A cultura da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

FLEURI, R. M. (Org.). **Intercultura: estudos emergentes**. Ijuí, RS: Unijuí, 2002.

GEERTZ, C. (2001). **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar.

GUARNIERI, F. V.; MELO-SILVA, L. L. Cotas Universitárias no Brasil: Análise de uma década de produção científica. **Psicol. esc. educ.**, 1(2): 183-193, 2017.

GUIMARÃES, D. S. *et al.* Temporalidade e Corpo numa Proposta de Formação do Psicólogo para o Trabalho com Povos Indígenas. **Psicol. ciênc. prof.**, 39(spe): 147-158, 2019.

HOEFEL, M. G. L.; SEVERO, D. O. Disciplina de Saúde Indígena na UnB: uma conquista do Movimento Estudantil Indígena. **Tempus (Brasília)**, 10(4): 229-234, 2016.

MAYORGA, C.; SOUZA, L. M. Ação afirmativa na universidade: a permanência em foco. **Revista Psicologia Política**, v. 12, n. 24, p. 263-281, 2012.

RESSUREIÇÃO, S. B.; SAMPAIO, S. M. R. Transições e reconfigurações do self de jovens indígenas na experiência universitária. **Psicol. esc. educ**, 21(3): 495-504, 2017.

SAMPAIO, S.M.R. Educação superior como espaço privilegiado para orientação acadêmica. Em: R.S.L, Guzzo; & C.M, Marinho-Araújo(Orgs.), **Psicologia escolar: identificando e superando barreiras** (pp.215-228). São Paulo: Alínea, 2011.

SHADICK, R.; DAGIRMANJIAN, F. B.; BARBOT, B. Suicide Risk Among College Student. The Intersection of Sexual Orientation and Race. **Crisis**, 36(6): 416-23, 2015.

TERRA, R. B. M. R. B.; DAVID, T. D. A função social do acesso ao ensino superior diante da sub-representatividade dos povos originários: uma análise acerca da política pública de cotas (lei Nº 12.711/2012) e da resistência indígena no Brasil. **Barbarói**; (47, n.esp): 107-124, 2016.

UHNG HUR, D.; COUTO, M. L. B. S.; NASCIMENTO, J. S. Estudantes indígenas na Universidade: uma sessão de grupo operativo. **Pepsic**, 15(2): 99-119, 2018.

VEGNERS, E. C.; Joaquim Benedito Barbosa Gomes - Ação Afirmativa & Princípio Constitucional da Igualdade: o direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA. Rio de Janeiro: **Renovar**, 2001, p. 6-7.

VELOSA, E. M. O.; MELLA, E. R. Experiências de estudantes mapuches em formação inicial docente no contexto de diversidade. **Psicol. esc. educ.**, 21(3): 621-628, 2017.

VERA, I.; AVERSI-FERREIRA, T. A.; LUCCHESI, R. A experiência do professor orientador de estudante indígena em enfermagem. **Acta paul. Enferm.**, 24(2): 289-293, 2011.

VIANA, I.; MAHEIRIE, K. Identidades em reinvenção: o fortalecimento coletivo de estudantes indígenas no meio universitário. **Rev. polis psique.**, 7(3): 224-249, 2017.

VIEIRA, R. S. **Educação intercultural: uma proposta de ação no mundo multicultural.** In FLEURI, R. M. (Org.). Intercultura: estudos emergentes. Florianópolis: MOVER; Ijuí: Ed. Unijuí, 2001, p. 117-127.

VITALES, M.P; GRUBITS, S. Psicologia e povos indígenas: um estudo preliminar do “estado da arte”. **Revista Psicologia e Saúde**, 1(1), 15-30, 2009.

WHITTEMORE, R.; KNAFL, K. The integrative review: updated methodology. **J Adv Nurs**, 2005. Disponível em: < <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/16268861/>>.

ZITTOUN, T. On the emergence of the subject. **Psychological and Behavioral Science**, 46(3), 256-273, 2012.

ZITTOUN, T. **Transitions: symbolic resources in development**. Charlotte, NC: Information Age Publishing., 2005.